

ATA nº II

Assembleia de Freguesia

União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde

No dia dezassete do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas e cinquenta minutos, reuniu em Sessão Ordinária no edifício da sede da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde sito na Rua da Vilarinha, 1090, nesta cidade do Porto, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com as seguintes presenças: _____

Nome	Cargo
Maria Vitória Gonçalves Andrade e Silva	Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia Em substituição de João Tiago Lima da Fonseca
Luis Filipe Barreira Pimentel	Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia
Nuno Alexandre Guedes de Freitas Rodrigues	Segundo Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia
João Pedro Martins Silva Simões	PS
Francisco Afonso da Rocha Peixoto Leal	PSD
Francisco Luis Linhares Barros Lemos	IL
Gonçalo Miguel de Oliveira Pereira	PS
Michael Lothar Mendes Seufert *	CDS-PP
Afonso Manuel de Albuquerque Nunes Gouveia Durão	CH
Maria do Céu Ferreira Leite	PS
Cláudia Isabel Rocha de Sousa Babo	PSD
Maria Teresa Vasconcelos de Morais Sarmiento Lopes	FA

Nuno Ricardo Faceira da Costa Machado	PSD
Natacha Micaela Guedes Teixeira	PSD
Rui Manuel de Matos de Noronha e Ozório	PS
Maria João Schuller de Almeida	IL
Sofia Isabel Ferreira da Cruz e Sampaio de Freitas	CH
João Alexandre Morais e Castro Ribeiro dos Santos	PS
Liliana Sofia Gonçalves Morgado	PSD

* integrou a sessão pelas 19H59

Verificadas as condições de quórum para a Assembleia poder validamente reunir e deliberar, a Presidente da Mesa, Maria Vitória Silva declarou aberta a sessão. “Nesta sequência, hoje também em substituição com o primeiro secretário, temos o segundo secretário eleito, o deputado Luís Pimentel e foi por mim designado o deputado Nuno Freitas Rodrigues para desempenhar as funções de segundo secretário, conforme também destina o artigo 17º do Regimento.

De seguida começou por ler a Ordem de Trabalhos, a qual tem o seguinte teor:

Período Antes da Ordem do Dia

Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 34.º do regimento da Assembleia de Freguesia;

Período da Ordem do Dia

1. Apreciação e Votação da Proposta de Orçamento e Opções de Plano para o ano de 2025, Quadro de Pessoal e Plano de Recrutamento;
2. Proposta de autorização prévia para os compromissos plurianuais nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e art.º 12º do DL 127/2012, de 21 de junho;

3. Apreciação e Votação da Proposta do Contrato ou Minuta do Aditamento ao Contrato Interadministrativo Geral de Delegação de Competências;
4. Apreciação e Votação da Proposta do Contrato ou Minuta de Contrato Interadministrativo do Orçamento Colaborativo de 2025;
5. Apreciação e Votação da Proposta do Contrato ou Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Transferência de Verbas para Polidesportivos;
6. Alteração da Tabela de Taxas e Licenças de Secretaria e Cemitérios da UFAFDN de acordo com a taxa de inflação;
7. Apreciação e Votação da Proposta para nomeação do representante da UFAFDN na Comissão Alargada da CPCJ Porto Ocidental, em cumprimento do disposto na alínea l) do artigo 17º do Anexo da Lei 147/99 de 1 de setembro;
8. Informação escrita da Sra. Presidente da União das Freguesias, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Sendo uma reunião ordinária desta Assembleia de Freguesia, nos termos do artigo 34º do Regimento, há um período antes da ordem do dia para tratamento de assuntos gerais e de interesse para a freguesia, com a duração máxima de uma hora. Os primeiros 30 minutos são destinados às intervenções de cidadãos e os restantes 30 minutos são destinados aos membros da Assembleia.

A Presidente da Mesa da Assembleia, Maria Vitória Silva deu entrada ao Período Antes da Ordem do Dia com a cedência da palavra ao público presente, não tendo havido intervenções.

De seguida, a Presidente da Mesa, Maria Vitória Silva informa se irá passar então à apresentação das moções pelos membros da Assembleia de Freguesia, tal como dispõe o artigo 34, número 4, linha B do Regimento e que cada membro da Assembleia que irá apresentar a sua moção dispõe de um tempo de 5 minutos para o fazer. Informa ainda que à semelhança do que tem sucedido nesta Assembleia de Freguesia, propôs que fossem admitidos a discussão e votação, em bloco, os documentos apresentados pelas forças políticas, proposta esta que foi aprovada por unanimidade

com 18 votos a favor: 11 votos da coligação Porto Somos Nós, 4 votos do Partido Socialista, 2 votos do Chega e 1 voto do movimento Fazer à Porto e 1 abstenção do Partido Socialista.—————

Usou da palavra a Presidente da Mesa, Maria Vitória Silva, informando que as moções serão apresentadas pelo ordem de chegada aos serviços e então pediu ao Partido Socialista que use da palavra para apresentar a Proposta intitulada “Festas a São Bartolomeu da Foz do Douro”. —————

Usou da palavra o deputado Rui Ozório (PS) a fim de apresentar a proposta “Festas a São Bartolomeu da Foz do Douro”: Foi destacada a importância das tradições, usos e costumes enquanto elementos fundamentais da identidade local e motores de desenvolvimento económico, social e turístico, alertando-se, contudo, para a sua progressiva perda ao longo do tempo, agravada por fenómenos como a gentrificação. Neste contexto, foi sublinhado o valor histórico e cultural das festividades da Foz do Douro, nomeadamente o cortejo dos trajes de papel, integrado nas celebrações de São Bartolomeu, recordando-se que, no passado, estas festividades apresentavam uma programação diversificada e alargada, entretanto reduzida a um momento pontual.

Face a esta realidade, foi apresentada a proposta de criação de um fim de semana alargado de festividades, incluindo diversas atividades culturais e recreativas, com o envolvimento das associações locais e da comunidade, visando reforçar o sentimento de pertença e dinamizar a economia local. Adicionalmente, foi apresentada a moção “Homenagem ao Presidente Acácio Gomes”, destacando-se o seu papel relevante na freguesia e o carácter consensual da iniciativa, apelando-se à participação de todos os membros e ao envolvimento da família na concretização da homenagem.

Usou da palavra a deputada Teresa Sarmento (FA): foi manifestado apoio à proposta relativa às festas de São Bartolomeu, reconhecendo-se a sua importância enquanto elemento identitário e momento central da vida cultural e comunitária da freguesia, bem como o papel fundamental das coletividades e da participação da população na sua concretização.

Nesse sentido, foi sugerido um ajustamento à proposta, defendendo que os dias adicionais de programação decorram após o Domingo do Cortejo, permitindo maior envolvimento das associações.

Foi ainda proposta a valorização da Feira de Artesanato em formato alargado, eventualmente em dois momentos, bem como a utilização de espaços como o Castelo da Foz e a realização de um momento simbólico de encerramento, com vista a reforçar a participação, a continuidade e a sustentabilidade das festividades. _____

Usou da palavra o deputado Nuno Machado (PPD-PSD): foi defendido que as festas de São Bartolomeu não se devem limitar a um único dia, recordando-se que, em mandatos anteriores, existia uma programação alargada e diversificada, sob responsabilidade do Pelouro da Cultura, atualmente liderado pela Presidente da União de Freguesias. Foi salientado que a redução da duração das festividades ocorreu apenas em 2025, por decisão da Presidente do Executivo em funções à data, contrariando o modelo anteriormente implementado.

Com base no histórico recente, que incluía várias iniciativas distribuídas por vários dias, foi considerada pertinente a reposição desse formato alargado, por forma a garantir a continuidade da tradição, reforçar o envolvimento da população e potenciar a atração de visitantes, sublinhando tratar-se de uma prática consolidada e bem-sucedida. _____

Usou da palavra o deputado Michael Seufert (CDS-PP): O deputado começou por agradecer e dirigir-se aos presentes, deixando uma nota geral sobre as moções em análise. Defendeu que estas devem conferir margem de atuação ao Executivo, permitindo-lhe desempenhar as suas funções conforme o mandato eleitoral. Considera que o papel da Assembleia deve ser o de indicar orientações gerais, sem impor soluções demasiado concretas.

Referiu que a primeira moção segue esse princípio, ao propor de forma genérica o alargamento das festividades, apesar de incluir sugestões mais específicas na sua exposição de motivos. Já em relação à segunda moção, entende que esta é excessivamente detalhada ao definir data, momento e forma de uma homenagem, o que pode limitar a atuação do Executivo e criar dificuldades no cumprimento da deliberação.

Por fim, alertou que situações semelhantes poderão surgir noutras propostas, como na área dos transportes públicos, por serem demasiado impositivas. Esclareceu que não haverá oposição direta às moções, podendo optar pela abstenção em alguns casos, não por discordância de fundo, mas por entender que a Assembleia deve evitar condicionar excessivamente a ação do Executivo. _____

Usou da palavra a deputada Cláudia Babo (PSD): A deputada cumprimentou os presentes e manifestou a concordância do Partido Social Democrata com a proposta de homenagem ao Presidente Acácio Gomes apresentada pelo Partido Socialista. Contudo, sugeriu que a mesma fosse alargada a outros antigos Presidentes das Juntas de Freguesia agregadas já falecidos, reconhecendo o seu mérito e dedicação. Defendeu ainda que os moldes da homenagem, nomeadamente datas e organização, devem ficar ao critério do Executivo, salientando o contributo e o esforço pessoal de quem exerceu funções no poder autárquico. _____

Usou da palavra o deputado Gonçalo Pereira (PS) a fim de se pronunciar sobre as alterações propostas: O deputado esclareceu que a referência às datas na proposta tem carácter meramente sugestivo, podendo ser ajustada, nomeadamente para incluir os dias 24 e 25, sem qualquer intenção de limitar a atuação do Executivo. Mostrou total abertura para reformular o documento, reforçando que o objetivo é apenas assinalar a data de forma adequada.

Relativamente ao alargamento da homenagem, manifestou concordância, sublinhando que não existe qualquer objeção a incluir outros antigos presidentes. Explicou que a proposta se centrou no ex-presidente, Dr. Acácio Gomes, devido à proximidade dos 25 anos da sua morte, recordando ainda que já foram prestadas outras homenagens no passado e que haverá sempre disponibilidade para reconhecer quem contribuiu para o território. _____

Usou da palavra a deputada Teresa Sarmiento (FA) a fim de apresentar 3 propostas: _____

1. Valorização da Comunidade Piscatória da Cantareira _____
2. Promoção da Mobilidade Leve e Segura na União de Freguesias _____
3. Valorização da Escola 85 como Espaço Sociocultural de Proximidade _____

1. A deputada destacou que a Comunidade Piscatória da Cantareira constitui um elemento central do património cultural e identitário da União de Freguesias, sendo um exemplo de património imaterial que integra saberes, práticas e memória coletiva. Criticou o facto de o plano e orçamento abordarem a cultura de forma pouco estruturada, sem valorizar esta dimensão viva, onde a Cantareira surge apenas como paisagem. Defendeu, por isso, que a Junta deve assumir um papel ativo na valorização desta comunidade, promovendo o registo da sua memória e articulando de forma contínua com entidades como a Câmara Municipal e a APDL, sublinhando que a preservação deste património exige vontade política e intervenção institucional.
2. Relativamente à mobilidade, salientou que esta é essencial para a qualidade de vida, com impacto na saúde, ambiente, segurança e acesso ao espaço público. Considerou que o plano e orçamento são limitados nesta matéria, focando-se sobretudo em grandes infraestruturas e ignorando as necessidades do quotidiano dentro da freguesia. Apontou a crescente procura por deslocações a pé e de bicicleta, que esbarra na falta de condições adequadas, defendendo que a mobilidade leve deve ser assumida como prioridade estratégica, com identificação de necessidades concretas e articulação com a Câmara Municipal para soluções progressivas.
3. Por fim, abordou a Escola 85 como um equipamento de grande relevância histórica, educativa e social, profundamente ligado à comunidade local. Criticou a sua ausência no plano e orçamento, entendendo que tal revela falta de reflexão estratégica sobre o seu futuro. Defendeu que a Junta deve assumir este equipamento como prioridade política, acompanhar os processos em curso e promover um debate público com a comunidade, considerando que decisões sobre um espaço com este peso não devem ser tomadas sem transparência e participação.

Referiu ainda o alinhamento com a proposta de desenvolvimento de iniciativas-piloto que permitam reabrir a Escola 85 à comunidade, defendendo, contudo, que essa reabertura (ainda que simbólica) deve ocorrer apenas após estarem asseguradas todas as condições legais, nomeadamente em matéria de segurança.

Usou da palavra a deputada Cláudia Babo (PSD): A deputada refere que a bancada do PSD adere às menções apresentadas pela deputada Teresa Sarmento, no que concerne à valorização das instalações em todas as suas dimensões. Acrescenta ainda que já foram impulsionadas diligências entre os órgãos autárquicos com responsabilidade e competência legal para que o destino do respetivo edificado seja em tudo diferente ao estado em que se encontra, sendo assim assumida como uma prioridade política e comunitária. As decisões sobre o seu futuro estão também a ser discutidos de forma ativa pelos intervenientes. Sublinha a importância da Escola 85, e refere que esta não é património imobiliário da União de Freguesias, mas sim, do município. Defende ainda que a abertura do edifício só deve acontecer quando existirem as condições de segurança que assim o permitam.

Usou da palavra o deputado João Pedro Simões (PS): O deputado cumprimentou os presentes e esclareceu que não tencionava intervir neste ponto, mas decidiu fazê-lo após a referência à Escola 85. Questionou em que medida este equipamento está contemplado nas Grandes Opções do Plano da Junta e da Câmara, salientando que uma proposta do Partido Socialista para definir um plano para a Escola 85 foi recentemente rejeitada em reunião de Câmara.

Usou da palavra Francisco Leal (PSD): O deputado apresentou duas moções centradas na mobilidade e no seu impacto na segurança e qualidade de vida na União de Freguesias. A primeira aborda problemas de estacionamento nas ruas do Crasto e de Bartolomeu Velho, onde a ausência de sinalização e organização leva a situações desajustadas: na primeira, a estreiteza da via obriga ao estacionamento em passeio para garantir circulação de emergência; na segunda, o estacionamento ordenado na via não está formalizado. Em ambos os casos, os condutores são alvo de fiscalização e multas consideradas injustas, agravadas pelos custos de contestação. Defendeu que a solução exige articulação com a Câmara Municipal e adequação da fiscalização à realidade local.

A segunda moção incide sobre o transporte público, identificando desajustes entre oferta e procura nas linhas 200, 204 e 502 da STCP, com sobrelotação e tempos de espera elevados. Com base em inquéritos a alunos da Universidade Católica e da Escola Secundária Garcia de Horta, foram identificados níveis de insatisfação e picos de procura não acompanhados pela frequência atual.

Propôs reforços operacionais, sobretudo entre as 10h e as 14h nas linhas 200 e 204 e ao longo do dia na linha 502, defendendo que são medidas concretas e exequíveis, dependentes de articulação entre Junta, STCP e Câmara, com impacto direto na mobilidade e no quotidiano da população. —

Usou da palavra a deputada Teresa Sarmento (FA): A deputada manifestou a sua intenção de voto favorável às moções apresentadas pelo PSD, destacando que estas abordam um tema central para a qualidade de vida: a mobilidade no quotidiano, com exemplos concretos relacionados com transportes públicos, estacionamento e organização do espaço público. Saliu ainda a importância de dados concretos para fundamentar o debate. —

Reconheceu que muitas destas matérias não são da competência direta da União de Freguesias, mas defendeu que isso não deve justificar inação. Pelo contrário, sublinhou a necessidade de maior articulação institucional e pressão junto da Câmara Municipal, considerando a mobilidade um tema estruturante com impacto na igualdade, no acesso a serviços, na segurança e na vida das famílias, e valorizando as moções como um contributo positivo para esse objetivo. —

Usou da palavra Francisco Lemos (IL): O deputado manifestou apoio ao uso de transportes públicos, destacando a importância da fiabilidade e frequência da STCP, bem como o impacto positivo na segurança rodoviária, no ambiente e na democratização do espaço público.

No entanto, considerou que a proposta em análise é demasiado concreta e impositiva, defendendo que a STCP deve gerir a mobilidade de forma global, com os recursos disponíveis, e tendo em conta futuras mudanças como a entrada em funcionamento do metro bus. Assim, anunciou a sua abstenção. —

Usou da palavra o deputado João Pedro Simões (PS): O interveniente afirmou concordar com as posições da Iniciativa Liberal e do CDS, anunciando também a sua abstenção. Reconheceu concordância com o enquadramento apresentado pelo PSD, mas defendeu que as soluções concretas devem ser deixadas às entidades competentes, evitando propostas demasiado específicas.

Acrescentou que, caso as propostas fossem mais abrangentes e menos impositivas, poderiam merecer voto favorável, sugerindo que soluções alternativas — como alterações de sentido de trânsito — devem ser avaliadas por quem tem competência técnica para o efeito.

Usou da palavra a Presidente da Mesa da Assembleia, Maria Vitória Silva, informando que vamos então proceder à votação das moções que foram apresentadas. _____

Colocou-se a votação a proposta “Homenagem ao Presidente Acácio Gomes” que foi reformulada e aprovada por maioria com 6 votos a favor e 13 abstenções. _____

Colocou-se a votação a proposta “Festas a São Bartolomeu da Foz do Douro” tendo sido aprovada por unanimidade com 19 votos a favor. _____

Colocou-se a votação a proposta intitulada “Valorização da Comunidade Piscatória da Cantareira”, que foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor. _____

Colocou-se a votação a proposta intitulada “Promoção da Mobilidade Leve e Segura na União de Freguesias”, que foi aprovada por maioria com 18 votos a favor e 1 abstenção da coligação Porto Somos Nós. _____

Colocou-se a votação a proposta intitulada “Valorização da Escola 85 como Espaço Sociocultural de Proximidade”, que foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor. _____

Colocou-se a votação a proposta intitulada “Pela Organização do estacionamento e sinalização nas ruas do Crasto e Bartolomeu Velho” que foi aprovada por maioria com 13 votos a favor e 5 abstenções do Partido Socialista. _____

Colocou-se a votação a moção intitulada “Pelo Reforço da Oferta de Transporte Público nas linhas 200, 204 e 502 da STCP” que foi aprovada por maioria e 10 votos a favor e 9 abstenções: 3 votos da coligação Porto Somos Nós, 5 votos do Partido Socialista e 1 voto do Partido Chega. _____

Deu-se então entrada no Período da Ordem do Dia tendo usado da palavra a Presidente do Executivo, Cláudia de Faria Bravo a fim de apresentar a Proposta de Orçamento e Opções de Plano para o ano de 2025, Quadro de Pessoal e Plano de Recrutamento: A Presidente apresentou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 como documentos políticos que refletem uma visão de proximidade, coesão social, dinamismo cultural e gestão rigorosa. Assumiu 2026 como um ano de consolidação e preparação do futuro, com enfoque nas pessoas e nas competências da Junta. Destacou como prioridades a ação social – com reforço de apoios às famílias, projetos para seniores e a criação do

cheque veterinário —, a educação e juventude, com continuidade de programas de apoio e prevenção do insucesso escolar, e a cultura, com valorização de iniciativas identitárias como o São Bartolomeu e o Cortejo dos Trajes de Papel.

Referiu ainda a aposta na economia local, na qualificação dos mercados, e na intervenção no espaço público, mobilidade e património, incluindo acompanhamento de projetos como o Metro Bus e requalificações relevantes. O orçamento, no valor de cerca de 2,3 milhões de euros, foi apresentado como equilibrado e realista, com forte peso nas despesas com pessoal e apoio direto à comunidade. O mapa de pessoal e o plano de recrutamento refletem uma gestão prudente, focada na substituição de saídas e reforço de áreas críticas. Concluiu sublinhando o compromisso com uma gestão responsável e próxima, acrescentando que a Escola 85 é uma prioridade do Executivo, estando prevista a sua valorização futura, nomeadamente como possível centro cultural.

Usou da palavra a deputada Natacha Teixeira (PSD): A deputada, em representação do PSD, manifestou uma apreciação global muito positiva das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2026, considerando que estes refletem uma visão coerente, alinhada com o programa eleitoral e assente em princípios de boa governação, proximidade, rigor e responsabilidade na gestão pública. Destacou a prudência financeira do documento, sublinhando que o orçamento, na ordem dos 2,3 milhões de euros, evidencia um ajustamento responsável face à ausência de receitas excecionais, sem comprometer investimentos estruturantes nem respostas sociais, revelando maturidade política e rigor orçamental.

No plano estratégico, valorizou a forte aposta nas áreas sociais, na educação e na valorização da população sénior, bem como na promoção da qualidade de vida ao longo de todas as fases da vida. Salientou ainda a importância da articulação com a Câmara Municipal e o cumprimento do princípio da subsidiariedade, considerando que o plano responde de forma abrangente às diferentes realidades da freguesia.

Relativamente ao mapa de pessoal e ao plano de recrutamento, considerou-os adequados às necessidades reais, refletindo uma gestão prudente e ajustada, com contratações justificadas por necessidades concretas, como substituições e reforço de serviços. Destacou também a ambição do Executivo em desenvolver mais e melhores respostas, sem perder o equilíbrio financeiro.

Por fim, sublinhou a relevância de projetos estruturantes, como o Tanatório de Aldoar, o Mercado da Foz e a Escola 85, que exigem planeamento rigoroso e visão de longo prazo. Concluiu afirmando que os documentos apresentados constituem uma base sólida de trabalho, pautada pela transparência, legalidade e responsabilidade, felicitando o Executivo pelo trabalho desenvolvido e pela sua capacidade de resposta às necessidades da população. _____

Usou da palavra a deputada Natasha Teixeira (PSD): A deputada começou por cumprimentar os presentes, passando depois a referir que as GOP se traduzem num plano coerente, com uma visão muito própria que vem de encontro ao programa eleitoral. Salientou o plano financeiro e sua visão estratégica, assim como o foco na área social e no reforço da cultura da freguesia.

No quadro anual e plano de recrutamento, considerou o PSD a proposta adequada às necessidades reais, mas também aliada à visão do executivo – fazer diferente, mais e melhor. _____

Usou da palavra o deputado João Pedro Simões (PS): O deputado começou por elogiar o esforço do Executivo na elaboração do documento em curto espaço de tempo, considerando-o completo e esclarecedor. No entanto, apontou uma aparente falta de alinhamento entre o orçamento apresentado e o discurso político anteriormente assumido, nomeadamente durante a campanha eleitoral, reconhecendo ainda assim que se trata do primeiro ano de execução. Colocou várias questões concretas sobre projetos e investimentos, como o lavadouro de Nevogilde e o centro de saúde da Foz, questionando se avançarão ainda este ano e em que moldes.

Levantou também dúvidas quanto à capacidade negocial do Executivo face à Câmara Municipal, considerando reduzido o aumento de 3% nas transferências, especialmente quando comparado com o crescimento das receitas municipais. Valorizou positivamente a intenção de realizar um diagnóstico social, mas criticou a ausência de novas respostas na área das creches, anteriormente prometidas. Questionou ainda o alcance do Projeto Pertencer, nomeadamente o número de jovens abrangidos e as perspetivas para 2026, e referiu propostas do Partido Socialista, como o passeio anual de seniores, lamentando a sua pouca visibilidade no documento.

Abordou ainda temas como o desporto, alertando para incoerências passadas entre discurso e investimento na juventude, e pediu esclarecimentos sobre projetos relevantes como a Avenida

Nun'Álvares, a reabertura do Teatro da Vilarinha e a ausência de referência à Escola 85. Destacou positivamente a Operação "Olhos Bem Abertos" e a aposta na eficiência energética, esperando medidas concretas nessa área. Por fim, criticou um alegado desequilíbrio territorial no discurso do Executivo, considerando que Aldoar surge menos valorizado face à Foz. _____

Usou da palavra a deputada Teresa Sarmento (FA): A deputada começou por reconhecer o trabalho técnico e o esforço na elaboração do Plano e Orçamento, bem como a explicação dada pelo Executivo acerca da contenção financeira, sublinhando que a sua análise constitui uma crítica política construtiva. Considerou, no entanto, que o documento responde apenas parcialmente às prioridades do território e aos compromissos assumidos, destacando como principal fragilidade a forma residual como a mobilidade é tratada, sem resposta adequada às necessidades do quotidiano, como ligações internas seguras e acessibilidade, sobretudo para grupos mais vulneráveis.

Apontou ainda a necessidade de maior transparência e participação no processo relativo à Escola 85, bem como uma abordagem ambiental mais estratégica e integrada, adequada à realidade de um território costeiro. Criticou também a falta de visão estruturada na área cultural, defendendo uma maior valorização do património vivo e das comunidades locais, como a Cantareira. Acrescentou que o plano não incorporou várias preocupações relevantes, evidenciadas pela apresentação de moções na própria sessão.

Apesar destas críticas, valorizou positivamente o reforço da ação social, a contratação de assistentes sociais e o investimento na proximidade. Ainda assim, identificou um problema estrutural na ausência de objetivos claros, métricas e critérios de avaliação, o que dificulta a monitorização e a responsabilização. Concluiu anunciando uma abstenção crítica, responsável e transparente, reiterando a importância de uma governação baseada em avaliação e prestação de contas, e manifestando intenção de apresentar declaração de voto. _____

Usou da palavra o deputado Michael Seufert (CDS-PP): O deputado começou por agradecer o envio atempado da documentação, sublinhando a sua importância para o trabalho dos membros da Assembleia, que é maioritariamente voluntário e conciliado com a vida profissional e pessoal. Reconheceu as limitações da Assembleia na fiscalização, face ao maior acesso a informação e recursos por parte do Executivo, e destacou também as dificuldades associadas ao calendário eleitoral,

valorizando a experiência do Executivo e a qualidade técnica dos serviços na elaboração dos documentos. Manifestou concordância com as opções estratégicas apresentadas, alinhadas com o projeto político sufragado, salientando que o plano deve ser entendido no âmbito das competências da Junta, apesar de defender maior descentralização de competências e recursos. Destacou positivamente a atenção dada à mobilidade, nomeadamente ao acompanhamento do MetroBus, reforçando o papel da Junta como elo de proximidade com os cidadãos e interlocutor junto de outras entidades.

Por fim, colocou uma questão concreta sobre o funcionamento do Mercado da Foz, referindo ter recebido queixas sobre lojas frequentemente encerradas, o que prejudica outros comerciantes e potenciais interessados. Questionou se o Executivo tem conhecimento da situação e que medidas poderão ser tomadas, no âmbito das competências da Junta, para garantir uma solução célere e adequada.

Usou da palavra a deputada Natasha Teixeira (PSD): A deputada destacou que a assembleia constitui um espaço democrático com diferentes perspetivas políticas, refletidas no documento em análise, elaborado por um executivo plural. Salientou que o plano apresentado é estratégico, cumpre as competências legais da Junta e resulta de escolhas baseadas nas prioridades definidas em contexto eleitoral e no levantamento de necessidades das instituições locais.

Reforçou que o documento é financeiramente responsável e não pode abranger todas as áreas, exigindo opções de governação. Contestou ainda a ideia de “fozcentrismo”, evidenciando investimentos concretos na zona de Aldoar, nomeadamente no Tanatório, na qualificação do cemitério, em intervenções de mobilidade e espaço público, bem como em projetos de vigilância preventiva.

Por fim, sublinhou o caráter transversal do apoio nas áreas da ação social, educação e população sénior, destacando a aposta do executivo em responder às necessidades específicas de diferentes zonas da freguesia.

Usou da palavra, a Presidente do Executivo, Dr.^a Cláudia Bravo: A presidente respondeu às questões colocadas pelos deputados, começando por esclarecer que a candidatura ao Lavadouro da Ervilha já

foi submetida, encontrando-se atualmente em fase de espera por decisão, sem prazos concretos definidos.

Relativamente ao orçamento, considerou injusta a ideia de que a União de Freguesias não lutou por mais verbas, explicando que os montantes são definidos de forma global pela Câmara Municipal do Porto para todas as juntas, ainda que tenham existido negociações e tentativa de reforço orçamental.

No que diz respeito às creches, reconheceu ser uma preocupação do executivo, referindo contactos recentes com a Câmara e comprometendo-se a apresentar atualizações na próxima assembleia. Sobre o projeto PertenSer, destacou o seu sucesso numa escola TEIP, envolvendo 21 alunos de uma turma desafiante, e a importância de avaliação através de métricas ao longo do tempo.

Quanto à questão da Nun'Álvares, indicou não existirem novidades, mas reforçou tratar-se de uma preocupação transversal à população. Na área da energia, informou que foi feita uma análise aos consumos e celebrado um contrato que permitirá uma poupança anual entre 1.200€ e 1.400€, mantendo também o interesse em soluções de energia renovável, embora sujeitas a avaliação técnica.

Sobre o Teatro da Vilarinha, referiu que já foi entregue ao concessionário, prevendo-se o início das obras em breve, com uma duração estimada de nove meses. Em relação a Aldoar, rejeitou críticas de desatenção, destacando iniciativas como a criação do São João de Aldoar e o contacto próximo com associações locais.

No âmbito da mobilidade e acesso às escolas, reconheceu a importância do tema, embora sublinhando que não é competência direta da Junta, mantendo, ainda assim, diálogo com a Câmara. Na área da cultura, explicou que o documento em análise é estratégico e não detalhado, salientando o trabalho desenvolvido num curto espaço de tempo pelo executivo.

Por fim, relativamente ao mercado da Foz, admitiu a existência de lojas encerradas, referindo que os regulamentos estão a ser revistos e que haverá propostas futuras, assegurando acompanhamento atento da situação.

Colocou-se a votação o ponto 1 da Ordem de Trabalhos - Proposta de Orçamento e Opções de Plano para o ano de 2025, Quadro de Pessoal e Plano de Recrutamento que foi aprovado por maioria com 13 votos a favor e 6 abstenções: 5 votos do Partido Socialista e 1 voto do movimento "Fazer À Porto".

Deu-se entrada no ponto 2 da Ordem de Trabalhos - Proposta de autorização prévia para os compromissos plurianuais nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e art.º 12º do DL 127/2012, de 21 de junho tendo usado da palavra a Presidente do Executivo, Cláudia de Faria Bravo: A presidente apresentou a proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, destacando tratar-se de um ponto de natureza técnica e legal, mas essencial para assegurar o funcionamento regular da Junta e a continuidade de projetos estruturantes.

Explicou que, de acordo com a legislação em vigor, qualquer despesa que implique encargos em mais de um ano económico necessita de autorização da Assembleia de Freguesia. Nesse sentido, a proposta incide sobre três situações principais: a recalendarização do projeto do Mercado da Foz para 2026 e 2027, no âmbito do GAL Douro Atlântico; a autorização de despesas decorrentes de contratos interadministrativos e delegação de competências com a Câmara Municipal do Porto; e a possibilidade de assumir encargos associados a candidaturas a fundos comunitários e financiamentos da administração central.

Sublinhou que esta autorização não é genérica nem ilimitada, mas sim um instrumento legal que permite à Junta atuar com previsibilidade, responsabilidade e dentro dos limites orçamentais aprovados. Concluiu que a proposta reforça a boa gestão financeira, assegura o cumprimento da lei e evita constrangimentos administrativos que possam comprometer o interesse público.-----

Não havendo mais intervenções foi colocada a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - Proposta de autorização prévia para os compromissos plurianuais nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e art.º 12º do DL 127/2012, de 21 de junho que foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor.-----

Foram retirados da Ordem de Trabalhos os pontos: -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Proposta do Contrato ou Minuta do Aditamento ao Contrato Interadministrativo Geral de Delegação de Competências; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta do Contrato ou Minuta de Contrato Interadministrativo do Orçamento Colaborativo de 2025; -----

Ponto 5 – Apreciação e Votação da Proposta do Contrato ou Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Transferência de Verbas para Polidesportivos. _____

Deu-se entrada no Ponto 6 - Alteração da Tabela de Taxas e Licenças de Secretaria e Cemitérios da UFAFDN de acordo com a taxa de inflação. _____

Usou da palavra a Presidente do Executivo, Cláudia de Faria Bravo: A presidente apresentou a proposta de alteração da tabela de taxas e licenças de secretaria e cemitérios da União de Freguesias, explicando que se trata de uma atualização com base na inflação, conforme previamente enviado aos deputados.

Destacou que estas taxas não são revistas desde 2014, tendo a Junta suportado, ao longo de mais de uma década, o aumento dos custos operacionais sem repercussão nos valores cobrados. Esclareceu que não se trata da criação de novas taxas nem de aumentos arbitrários, mas de uma atualização moderada, ajustada à realidade atual.

A proposta incide sobre taxas de secretaria, relacionadas com a emissão de documentos administrativos, e sobre taxas de cemitérios, que envolvem serviços com exigências operacionais, legais e sanitárias. Sublinhou ainda a sensibilidade associada a estes serviços, garantindo que a atualização foi feita com prudência, proporcionalidade e responsabilidade social.

Referiu que, mesmo após a atualização, os valores continuam alinhados ou abaixo dos praticados noutros territórios e aquém do aumento real dos custos suportados. Defendeu que a atualização é necessária para assegurar a sustentabilidade financeira, a qualidade dos serviços e uma maior equidade entre custos e valores cobrados.

Concluiu que a proposta é justa, moderada, necessária e responsável, mantendo o compromisso da Junta com a sensibilidade social e a avaliação de situações de maior vulnerabilidade.

Usou da palavra o deputado João Pedro Simões (PS): O deputado questionou o critério de atualização das taxas, levantando a preocupação de se estar a refletir num único momento a inflação acumulada de vários anos, dado que os valores não eram atualizados há cerca de uma década.

Em resposta, a Presidente esclareceu que não está a ser aplicada a inflação acumulada dos últimos 10 anos, mas sim uma atualização moderada com base na inflação mais recente. Deu como exemplo o atestado de residência, cujo valor passaria de 3,50€ para 3,83€, representando um aumento de cerca

de 33 cêntimos, resultante da aplicação faseada das taxas de inflação recentes (nomeadamente 2023 e 2024).

Sublinhou ainda que os valores propostos continuam reduzidos face ao custo real do serviço, destacando o tempo médio de atendimento necessário para a emissão de documentos. Referiu também que, em comparação com outras juntas de freguesia, os valores praticados continuam significativamente mais baixos, reforçando que a atualização proposta é equilibrada, justa e ajustada ao aumento generalizado dos custos.

Colocou-se a votação o ponto 6 da Ordem de Trabalhos Alteração da Tabela de Taxas e Licenças de Secretaria e Cemitérios da UFAFDN de acordo com a taxa de inflação que foi aprovado por maioria com 14 votos a favor e 5 abstenções do Partido Socialista.

Deu-se entrada no ponto 7 - Apreciação e Votação da Proposta para nomeação do representante da UFAFDN na Comissão Alargada da CPCJ Porto Ocidental, em cumprimento do disposto na alínea l) do artigo 17º do Anexo da Lei 147/99 de 1 de setembro. Não havendo intervenções foi colocada a votação e foi aprovada unanimidade com 19 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 8 e último da Ordem de Trabalhos - Apreciação da Informação escrita da Sr.ª Presidente da União de Freguesias, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo usado da palavra a Presidente do Executivo, Cláudia de Faria Bravo a fim de apresentar o documento em apreciação.

A Presidente apresentou a informação escrita relativa à atividade da Junta, abrangendo o período entre 1 de setembro e 30 de novembro de 2025, bem como a situação financeira entre 1 de janeiro e 31 de outubro de 2025, destacando a importância da transparência na prestação de contas à Assembleia.

O documento reflete a atividade regular e diversificada da Junta em várias áreas, incluindo administração, ação social, educação, cultura, desporto, seniores e gestão financeira. Foi sublinhado o elevado volume de atendimentos nos serviços, evidenciando o papel central da Junta na resposta às necessidades da população.

Na área social, destacou-se o apoio contínuo a pessoas e famílias vulneráveis, enquanto na educação e nos seniores foram evidenciados projetos em curso e iniciativas de promoção da qualidade de vida. No plano cultural, salientaram-se eventos e atividades que reforçam a identidade e coesão da comunidade.

Relativamente à situação financeira, foi evidenciada uma gestão equilibrada, com um saldo superior a 595 mil euros, garantindo capacidade para cumprir compromissos e assegurar a continuidade dos serviços.

Concluiu-se que o documento demonstra um trabalho de proximidade, responsabilidade e empenho do Executivo e dos serviços, terminando com agradecimentos e votos de boas festas. _____

Usou da palavra o deputado João Pedro Simões (PS): O deputado colocou várias questões sobre o conteúdo do relatório apresentado.

Em primeiro lugar, questionou a situação dos recursos humanos, nomeadamente a suspensão do colaborador responsável pelo Gabinete de Inserção Profissional, procurando saber como têm sido asseguradas essas funções e se houve substituição.

Relativamente aos processos judiciais, pediu esclarecimentos sobre a evolução de um processo em curso, aparentemente relacionado com as lojas do cemitério.

No âmbito do Fundo de Emergência Social, manifestou interesse em perceber se os apoios continuam a abranger as mesmas famílias ou se tem havido evolução no sentido da sua autonomização, nomeadamente através de mecanismos como o Gabinete de Inserção Profissional.

Por fim, questionou a taxa de execução dos investimentos, considerada relativamente baixa no global, pedindo esclarecimentos sobre eventuais atrasos, em particular no caso dos polidesportivos, e se estes valores estavam dentro do previsto.

Terminou desejando boas festas a todos os presentes. _____

Usou da palavra a Presidente do Executivo, Cláudia de Faria Bravo: A Presidente respondeu às questões colocadas, começando pela execução dos investimentos nos polidesportivos, esclarecendo que os dois projetos em curso já foram concluídos e que o último, na zona da Ceta Social, terá início em janeiro, justificando assim a taxa de execução de cerca de 40%.

Relativamente à área jurídica, confirmou que o processo das lojas do cemitério teve uma decisão favorável à Junta em tribunal, embora a arguida tenha apresentado contestação, encontrando-se o processo ainda em desenvolvimento.

No que diz respeito ao Gabinete de Inserção Profissional (GIP), explicou que a colaboradora esteve ausente devido a um acidente de trabalho, tendo (entretanto) regressado, mas sido novamente afastada para intervenção cirúrgica recente. Informou ainda que está a ser articulada uma reunião com o centro de emprego com vista à sua substituição.

Quanto ao Fundo de Emergência Social, referiu que a UF continua a apoiar todas as famílias que comprovadamente necessitam de ajuda, assegurando a continuidade deste apoio social. _____

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão eram vinte e uma horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia. _____

A Presidente:



Assinado por: Maria Vitória
Gonçalves Andrade e Silva
Identificação: B110256826
Data: 2026-05-15 às 10:26:34

O 1º Secretário:

Assinado por: Luís Filipe Barreira Pimentel
Num. de Identificação: 08124166
Data: 2026.05.20 10:17:43+01'00'

O 2º Secretário:



CHAVE MÓVEL
•••••

Nuno Alexandre Guedes de Freitas Rodrigues